

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.758 - RJ (2019/0218975-2)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR : **ERICK RIBEIRO MAUES PAIXAO E OUTRO(S)** - RJ101547
AGRAVADO : **CRISTIANE LEAL FERREIRA**
AGRAVADO : **MARIA GILDA PECLY PINTO**
AGRAVADO : **MONICA FERREIRA DI FAZIO**
AGRAVADO : **VERONICA DOS SANTOS JULIAO**
AGRAVADO : **MONICA GUIMARAES DE ABREU**
AGRAVADO : **ALEXANDRE MOTA DE MESQUITA**
AGRAVADO : **LILIAN OLIVEIRA LANCELLOTTI**
AGRAVADO : **MARCIA MARIA BASTOS PENA**
AGRAVADO : **MONIQUE DE MORAES**
AGRAVADO : **CARLOS ALBERTO CUNHA**
ADVOGADOS : **ÁLVARO ALMERIO DE AZEVEDO PESSOA DOS SANTOS E**
OUTRO(S) - RJ012669
WILLIAM FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - RJ084529
MÁRCIO TAVARES FELGUEIRAS - RJ090285
PEDRO VINICIUS INDALENCIO FERREIRA - RJ152010
BRUNO PEREIRA MOSCARDINI - RJ207826

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Estado do Rio de Janeiro** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 620/621):

AGRAVO INTERNO EM FACE DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM JULGAMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. OS AUTOS CUIDAM DE AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA PROPOSTA POR SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. DEMANDA OBJETIVANDO REAJUSTE DE 24% CONCEDIDO PELO ART. 1º DA LEI Nº 1.206/87. EM SEDE DE AGRAVO REAPRESENTAÇÃO DO PLEITO DE PAGAMENTO RETROATIVO DESDE O QUINQUÊNIO ANTERIOR A PROPOSITURA DA AÇÃO COLETIVA INTERPOSTA PELO SINDICATO (PROC. Nº 0031904-65.2002.8.19.0001), OCORRIDA EM MARÇO DE 1997. IMPOSSIBILIDADE DIANTE DA TESE FIRMADA DE QUE A INCORPORAÇÃO DO REAJUSTE E DO

PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS RETROATIVAS EM PARCELA ÚNICA, COMPENSADOS VALORES JÁ QUITADOS E OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, A CONTAR DA PROPOSITURA DE CADA DEMANDA OBSERVADA NO JULGADO.

1. INCONSTITUCIONALIDADE JÁ RECONHECIDA PELO EG. ÓRGÃO ESPECIAL DO TJRJ E CONFIRMADA PELO E. STF. ART. 5º DA LEI ESTADUAL Nº 1.206/87 QUE, AO CONCEDER REAJUSTES AOS SERVIDORES DO ESTADO, EXCLUIU AQUELES PERTENCENTES AO PODER JUDICIÁRIO. DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE DETERMINOU A EXTENSÃO DO REFERIDO REAJUSTE, EM QUATRO PARCELAS, A TODOS OS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, COM OBEDIÊNCIA À LEI FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.

2. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA.

3. MATÉRIA JÁ APRECIADA EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, SUSCITADO PELA QUINTA CÂMARA CÍVEL DESTA TJRJ, NOS AUTOS DA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0297927-91.2011.8.19.0001 JULGADO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTA E. TJRJ EM 02 DE DEZEMBRO DE 2013, CUJO RELATOR, O EXMO. SENHOR DESEMBARGADOR CLÁUDIO DE MELLO TAVARES, AO RECONHECER O DIREITO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL À PERCEPÇÃO DO REAJUSTE DE 24% (VINTE E QUATRO POR CENTO), BEM COMO AO RECEBIMENTO DAS RESPECTIVAS DIFERENÇAS, ACOLHENDO O INCIDENTE, APROVOU VERBETE SUMULAR NOS SEGUINTE TERMOS: "Em respeito ao princípio constitucional da isonomia, os serventuários que não integraram o polo ativo da Ação Ordinária n". 002420-36.1988.8.19.0000, fazem jus, a exemplo dos autores da referida ação, ao reajuste de 24% em seus vencimentos, bem como à percepção das diferenças, a serem pagas de uma única vez, devidamente corrigidas desde a data do pagamento efetuado àqueles, compensando-se os valores já quitados, por força do Processo Administrativo 2010.259214, observada a prescrição quinquenal, a contar da propositura de cada demanda, bem como as condições pessoais e funcionais de cada serventuário, incidente Imposto de Renda e verbas previdenciárias por se tratarem de diferenças vencimentais".

4. VERBA HONORÁRIA APLICADA COM PROFICIÊNCIA, NÃO SENDO, PORTANTO, O CASO DE SUA REDUÇÃO.

5. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos declaratórios, foram acolhidos, com efeitos infringentes, nos seguintes termos (fls. 1.045/1.046):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RETRATAÇÃO. RECURSO PARADIGMA ARE Nº 909.437/RJ, SUBMETIDO AO REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL E ELEITO COMO PARADIGMA DO TEMA Nº 915 DO STF. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA INTENTADA POR SERVIDOR DO PODER JUDICIÁRIO, OBJETIVANDO REAJUSTE DE 24% CONCEDIDO PELO ART. 1º DA LEI Nº 1.206/87, COM O PAGAMENTO RETROATIVO DESDE O QUINQUÊNIO ANTERIOR A PROPOSITURA DA AÇÃO COLETIVA, OCORRIDA EM 2002. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS AO STF SOBRE O TEMA. REPERCUSSÃO GERAL. RETORNO DOS AUTOS AO COLEGIADO POR INTERMÉDIO DA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA EM FACE DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO E DA PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO SOBRE A QUAESTIO. ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. REEXAME DA MATÉRIA POR FORÇA DO ARTIGO 1.040, II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RETRATAÇÃO.

1. Considerando a decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal, em plenário virtual realizado no dia 02/09/2016, ao analisar o ARE 909.437-RG, impõe-se a retratação do julgado para acolher os embargos declaratórios com efeitos infringentes opostos pelo Estado do Rio de Janeiro e julgar improcedente a pretensão autoral.

2. Com efeito, no ARE nº 909.437 RG/RJ, de Relatoria do Min. Roberto Barroso, julgado em 01 de setembro do corrente ano, restou proferido o seguinte entendimento: “não é devida a extensão, por via judicial, do reajuste concedido pela lei nº 1.206/1987 aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, dispensando-se a devolução das verbas recebidas até 01º.09.2016.” 3. A despeito de toda a gama de decisões que consolidaram a jurisprudência desta Corte, não se pode olvidar que o alinhamento ao entendimento esposado no Supremo Tribunal Federal é medida que se impõe, diante do consagrado respeito aos precedentes judiciais.

4. Retratação do acórdão para acolher os embargos declaratórios com efeitos infringentes opostos pelo Estado do Rio de Janeiro, julgando improcedente o pedido autoral quanto ao pagamento das diferenças remuneratórias. Inverte-se o ônus sucumbencial, para condenar a parte autora ao pagamento das

Superior Tribunal de Justiça

custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados em R\$ 300,00, consoante ao disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, vigente à época da prolação do decisum de 1º grau.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 20, §§ 3º e 4º do CPC/73. Sustenta, em síntese, a necessidade de majoração da verba honorária, a seu ver, fixada em patamar irrisório e desproporcional.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exigiria, também, novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos.

No caso, o Tribunal de origem, considerando as peculiaridades fáticas do feito, entendeu que *"se inverte o ônus sucumbencial, para condenar a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que se arbitra em R\$ 300,00 (trezentos reais), consoante ao disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, vigente à época da prolação do decisum de 1º grau."* (fl. 1.077)

Dessarte, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem quanto à irrisoriedade do valor fixado a título de honorários advocatícios, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FALHA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA. DANO MORAL. VALOR. REVISÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

Superior Tribunal de Justiça

1. É firme o entendimento deste Tribunal Superior de não admitir, em sede de recurso especial, a revisão do montante fixado pela instância de origem a título de danos morais, salvo em situações excepcionais, em que o quantum indenizatório seja indubitavelmente irrisório ou exorbitante.

2. Hipótese em que o valor fixado no acórdão impugnado (R\$ 2.000,00 para cada autor), levou em consideração as circunstâncias gerais e específicas do caso concreto, a gravidade do dano e a repercussão do fato, não desbordando dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3. A aferição do grau de sucumbência entre as partes, para fins de distribuição dos honorários advocatícios, é matéria afeta aos juízos das instâncias ordinárias, por envolver a análise do contexto fático-probatório da demanda, providência igualmente defesa em sede especial, em virtude do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 899.426/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 23/10/2017)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator